

## **Instrução Militar Preparatória**

Os batalhões escolares fizeram a sua aparição em França na época da Revolução. Foi, no entanto, durante a 3ª República francesa que conheceram uma maior difusão, em articulação com a inclusão da ginástica e dos exercícios militares no currículo da escola primária. A escola republicana, lugar privilegiado para a formação de cidadãos, tornava-se, também, o espaço ideal para a difusão, junto dos jovens, dos primeiros rudimentos de uma instrução militar. Esta tinha, entre os seus objectivos, o fortalecimento dos sentimentos patrióticos. Instrução militar e educação cívica surgem, assim, intimamente relacionadas.

O exemplo dos batalhões escolares chega a Portugal pela mesma altura em que se dá a sua difusão em França. Em 1881 os exercícios militares são introduzidos na Escola Municipal nº1 por Elias Garcia e Teófilo Ferreira. O primeiro batalhão escolar português fez a sua aparição pública num desfile em 1882. A inspiração foi republicana e maçónica. Outras iniciativas se lhe seguiram, aparentemente sem grande continuidade. Em 1907, em plena ditadura de João Franco, é o poder político monárquico que decide, paradoxalmente, apropriar-se da experiência, ao procurar regular a chamada Instrução Militar Preparatória (I.M.P.).

Após a implantação da República procura-se dar um novo impulso a este projecto. O decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911 tornou público o regulamento e o programa da I.M.P. São editados, posteriormente, manuais de apoio a esse programa. O plano de estudos do 1º grau – que engloba a escola primária – inclui, para além da preparação militar propriamente dita, a educação cívica e, significativamente, a ginástica e o canto coral. Para além da interiorização do espírito patriótico, aspira-se à formação do carácter, à aquisição de hábitos de disciplina e à “regeneração” física da “raça portuguesa”. Como em França, a instrução militar dos jovens alunos da escola primária tinha em vista, também, a sua participação nas festas cívicas. Com o objectivo de mobilizar a sociedade civil para a iniciativa, criam-se, através da Portaria de 1 de Junho de 1912, que publica o respectivo regulamento, as Sociedades de Instrução Militar Preparatória, que têm por finalidade a instrução militar dos cidadãos de forma a que estes estejam preparados em permanência para defender a Pátria em caso de perigo. No campo educativo, a I.M.P. e os batalhões escolares foram sempre alvo de alguma polémica, como aconteceu nas sessões da Sociedade de Estudos Pedagógicos, assumindo os educadores próximos da chamada Educação Nova, em geral, uma posição

contrária à sua existência. Os argumentos invocados combinam concepções pacifistas e anti-chauvinistas com razões especificamente pedagógicas, designadamente o respeito pela criança ou a crítica a uma disciplina imposta. Os educadores mais próximos da ortodoxia republicana procuram legitimar o projecto lembrando a proximidade entre a formação do cidadão e a formação do militar.

É visível o esforço, especialmente nos primeiros anos da República, para difundir a I.M.P. pelas escolas. Esses esforços chegaram a conhecer um relativo sucesso. Mesmo assim, a tentativa republicana de militarizar os jovens alunos das escolas primárias portuguesas não teve uma real continuidade. Convém não esquecer, no entanto, o contributo positivo que a iniciativa terá dado para a difusão da educação física em Portugal, acabando esta por se libertar da tutela militar a que surgiu associada na fase inicial.

### **Referências:**

Catroga, F. (1991). *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910* (2 vols.). Coimbra: Faculdade de Letras.

Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1ª República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

Pintassilgo, J. (2007). A Revista de Educação Geral e Técnica no contexto do Portugal republicano. Debate sobre a educação moral e cívica. In A. R. Schelbauer & J. C. S. Araújo (Org.). *História da Educação pela imprensa* (pp.129-154). Campinas: Editora Alínea.

Pintassilgo, J. (2014). Instrução Militar Preparatória. In M. F. Rollo (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Vol. II, pp. 473-474). Lisboa: Assembleia da República.